

A eficiência energética e a competitividade das empresas

Alexandre Fernandes

Empresário e Docente no Instituto Superior de Economia e Gestão

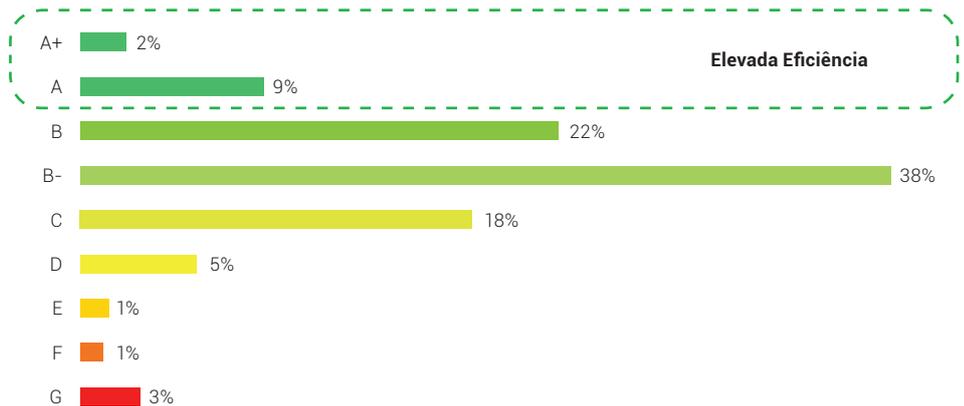
Com a crescente redução do consumo e procura interna geral, as empresas comerciais ou industriais viram diminuir as suas margens brutas, quer por via da retração de vendas, quer pela necessidade de incrementarem políticas mais agressivas de preços, o que pressiona a necessidade de se reduzirem as taxas de impostos sobre lucros, para melhorar o valor acrescentado bruto das empresas.

Perante este facto consumado, três atitudes possíveis, uma primeira, relacionada com o continuar a reivindicar um ajustes fiscais ao nível do IVA ou do IRC, uma segunda relacionada com o continuar a esperar que o mercado anime e retome a sua dinâmica perdida, algo que claramente não depende somente de nós. Por fim uma outra atitude, mais proactiva e que depende em primeira instância dos decisores empresariais, e que se relaciona com a possibilidade de começarmos a ser mais verdes, isto é, mais eficientes e produtivos nos diversos sectores de atividade económica.

Em estudos tornados públicos pela entidade certificadora de edifícios, ficamos a saber que nos milhares de certificados energéticos emitidos, a edifícios de serviços, cerca de um décimo tem elevada eficiência energética, compreendendo aqui todos os que se situam nas classes energéticas A ou superior.

CLASSES ENERGÉTICAS DOS EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS

Importa referir que cada salto na classe energética acima do nível B- (limite mínimo de referência para novos edifícios ou grandes remodelações) significa um incremento de eficiência energética substancial, que se pode medir no seu limite máximo em cerca



de 25% de poupança energética, face ao nível da classe imediatamente anterior.

Sendo o custo energético uma parte importante dos gastos dos edifícios de serviços, podendo alcançar até 25% dos seus custos operacionais, a adoção de medidas de eficiência e por consequência de redução de consumos de energia, vão permitir às empresas alcançarem melhores classes energéticas, obtendo assim poupanças importantes no consumo e nos respetivos custos energéticos, que aliados ao maior nível de qualidade e conforto dos seus serviços, certamente contribuirão para um melhor nível de satisfação de clientes, que mais cedo ou mais tarde terão reflexos positivos na atividade geral.

Por simples cálculo, podemos concluir que cada salto de classe energética, pode significar uma redução dos custos totais de uma empresa de serviços compreendida entre os quase 5%, na visão mais conservadora, e os 10% na vertente mais ambiciosa.

Nos edifícios de serviços, mesmo naqueles que utilizam várias fontes energéticas, a eletricidade corresponde, a cerca de dois terços dos consumos energéticos, com a maior fatia a pertencer à iluminação, aquecimento e arrefecimento de ambiente, com percentagens entre 30% e os 35% do total.

Os processos de certificação, bem como as auditorias energéticas conduzidas até à data, concluem que as medidas de melhoria da eficiência energética mais comuns e efetivas incidem maioritariamente em três grandes áreas: iluminação, renováveis e climatização, como pode ser constatado no gráfico anexo.

INCIDÊNCIA DAS MEDIDAS DE MELHORIA EM EDIFÍCIOS

Mas como podemos de um a forma prática e realista concretizar as medidas de melhoria referidas, existindo atualmente um cenário de restrição económica e financeira bastante acentuada e que impede a disponibilização de meios e recursos monetários?

Certamente que a resposta terá de ser clara e muito pragmática: devem ser estimuladas e priorizadas as medidas de mais rápido retorno e que incidam diretamente na economia de custos energéticos no curto prazo.

Teremos assim nas três principais áreas identificadas, alguns exemplos de medidas eficazes no âmbito da necessidade de obter resultados de relevo na área da eficiência energética, que sem procurar excluir outras, podem constituir um verdadeiro *road map* para a mitigação dos consumos energéticos, na área da hotelaria.

Na área da iluminação, destaque para a introdução de novas tecnologias, como seja o caso da iluminação LED, que embora de elevado investimento e períodos de retorno longos, com 5 ou mais anos, podem no entanto ser interessantes em alguns setores como o da hotelaria, ou pontualmente na iluminação exterior.

Ainda na iluminação e igualmente recorrendo à inovação tecnológica, começam a surgir no mercado equipamentos de otimização energética, que incluem a regulação ou modelação da tensão, que aplicados à tradicional iluminação fluorescente, vapor de sódio ou iodetos metálicos, exigem menores



investimentos, devido ao facto de estes, não requererem a dispendiosa mudança da instalação eléctrica existente, quer de luminárias, quer na tecnologia de lâmpadas maioritariamente utilizadas nos nossos edifícios de escritórios, logística, armazenagem ou fábricas.

O investimento nestes tecnologias de optimizadores de energia, permitem às empresas alcançarem períodos de retorno de capital entre os 2 e os 3 anos, o que em momentos de retração de investimento podem fazer toda a diferença.

Dentro desta área de atividade destaque para a tecnologia luso-sueca Wattguard. A empresa criou em Portugal uma subsidiária, que tem em curso um ambicioso projeto de investimento no Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, localizado em Évora, onde prevê inclusivamente a instalação de um "hub" sul, para complementar a produção atualmente centralizada na Suécia.

Nas energias renováveis, particular destaque para a instalação de sistemas solares térmicos para produção de águas quentes sanitárias, sempre muito relevantes para a melhoria de classe energética, especialmente em alguns serviços com necessidades elevadas de água quente, caso por exemplo da hotelaria. Igualmente interessante, será o investimento em micro e minigeração fotovoltaica em coberturas, ou se quisermos ser mais inovadores, através da deposição de filmes finos em vidro de fachadas ou mesmo em outros equipamentos e estruturas arquitetónicas, como sejam varandas ou palas de sombreamento.

Na climatização enfoque na utilização de sistemas de aquecimento e arrefecimento de elevada performance, com a centralização de sistemas a ser preferida face aos sistemas individuais. Igualmente é muito relevante, serem considerados nos projetos, equipamentos de recuperação de calor no âmbito dos sistemas de climatização existentes. Como elementos passivos de elevada relevância para a área da climatização de espaços, importa considerar as melhorias sempre possíveis nos isolamentos térmicos de fachadas e coberturas, bem como correções do fator solar de envidraçados, através do sombreamento de vãos ou fachadas.

O investimento em eficiência energética, para nos tornarmos mais verdes mas também mais produtivos, será certamente a forma mais rápida e endógena de conseguir voltar a ganhar alguma da competitividade perdida pela referida via fiscal ou económica. Podendo em alguns casos, dependendo obviamente da ambição e capacidade de investir, poder compensar quase integralmente as perdas de receita.

Se um dia podermos voltar a ter uma política fiscal mais uniforme e competitiva, face aos nossos parceiros e também concorrentes europeus, então teremos um acréscimo ainda maior daquilo que muito nos tem faltado em termos de economia geral, a competitividade. **EE**